

China na década de 1980: abertura para um mundo de “desordem sob os céus”

Paulo Antônio Pereira Pinto*

RESUMO

O presente artigo registra a vivência do autor em Pequim, no início da década de 1980, quando a China iniciou seu processo de abertura. São analisados os prós e contras do período maoista e examinados os princípios da reforma econômica na nova fase. Conclui-se que cabe procurar na origem do pensamento clássico chinês sobre a organização do “Império do Centro” instrumentos para interpretar a etapa atual e apontar possíveis riscos na forma de governança.

Palavras-chave: Maoismo; Economia; Confucionismo; Revolução; China.

* * *

ABSTRACT

This article records the experience of the author in Beijing in the early 1980s, when China began its opening process. We analyzed the pros and cons of the Maoist period and examined the principles of the economic reform in the new phase. We concluded that is looking for the origin of the Chinese classical thought on the organization of the “Middle Kingdom”, tools to interpret the current phase and point out possible risks in the form of governance.

Keywords: Maoism; Economics; Confucianism; Revolution; China.

* * *

* Diplomata. Chefe do Escritório de Representação do Ministério das Relações Exteriores no Rio Grande do Sul. Serviu, anteriormente, como Embaixador em Baku, Azerbaijão, entre 2009 e 2012 e Consul-Geral em Mumbai, entre 2006 e 2009, e, a partir de 1982, durante vinte anos, na Ásia Oriental, sucessivamente, em Pequim, Kuala Lumpur, Cingapura, Manila e Taipé. E-mail: papinto2006@gmail.com

RÉSUMÉ

Le présent article enregistre l'expérience de l'auteur à Pékin, au début des années 1980, lorsque la Chine a commencé son processus d'ouverture. Nous analysons les avantages et les inconvénients de la période maoïste et examinons les principes de la réforme économique dans la nouvelle phase. Nous concluons qu'il faut rechercher, à l'origine de la pensée chinoise classique sur l'organisation de « l'Empire du Milieu », les outils pour interpréter l'étape en cours et souligner les risques possibles dans la forme de gouvernance.

Mots-clés: Maoïsme; Economie; Confucianisme; Révolution; Chine.

* * *

RESUMEN

El presente artículo registra la vivencia del autor en Pekín, al inicio de la década de 1980, cuando China inició su proceso de apertura. Se analizan los pros y los contras de la época maoísta y se examinan los principios de la reforma económica en la nueva etapa. Puede concluirse que vale la pena buscar en el origen del pensamiento clásico chino, sobre la organización del “Imperio del Centro”, instrumentos que permitan interpretar la etapa actual y señalar los posibles riesgos en la forma de gobierno.

Palabras-clave: Maoísmo; Economía; Confucionismo; Revolución; China.



Introdução

A China é um tema estratégico e prioritário para a análise das atuais relações internacionais. Formulações de cenários mundiais futuros, portanto, devem incluir a variável chinesa em seu mapeamento de tendências e identificação de atores relevantes. A boa técnica desse tipo de exercício exige o estabelecimento de uma “cena de partida” que indique, em cada caso, o ponto de inflexão paradigmática na evolução histórica do país em estudo.

Nessa perspectiva, o início da década de 1980 é considerado um marco, na história recente das transformações ocorridas na China, quando se deu o processo de abertura do país após a turbulenta Revolução Cultural. Procurou, a seguir, resgatar a experiência pessoal de ter servido na Embaixada

do Brasil em Pequim entre 1982 e 1985. O exercício de reflexão resulta, portanto, mais de conclusões derivadas da vivência do autor do que de trabalho de caráter acadêmico.

Parto da premissa de que cabe procurar na origem do pensamento clássico chinês sobre a organização do “Império do Centro” explicações que permitam melhor compreender e interpretar o atual período, bem como apontar possíveis riscos da presente forma de governança.

O artigo reflete a convicção de que, tanto no plano interno quanto no externo, podem-se detectar, na década de 1980, alterações vinculadas a condicionantes históricas da forma clássica de pensar chinesa, ainda capazes de influenciar o presente cenário da República Popular da China (RPC).

Acredito ser importante resgatar a lógica relativamente autônoma que, desde a emergência daquela nova “cena de partida”, ajuda no esforço de reflexão voltado para o que hoje se passa na República Popular da China. Por um lado, para o entendimento do presente, cabe abandonar raciocínios e equações elaborados a partir de modelos estranhos ao contexto cultural chinês. Por outro, conforme será exposto na conclusão, o atual modelo de governança seguido em Pequim começa a ser visto como exemplo a ser seguido por outras nações.

O início da modernização

No início da década de 1980, não era possível evitar certa tristeza decorrente do encerramento na China de uma era de convicção poética maoista. A partir de 1949, acreditara-se que, em benefício do interesse geral da sociedade, centenas de milhões de pessoas poderiam ser levadas a um patamar mais elevado do que o gerado pelo egoísmo individual.

A experiência chinesa de busca de uma sociedade igualitária encantara a muitos. Os países do Terceiro Mundo admiravam a combatividade e autossuficiência chinesas. Os economistas ocidentais registravam o pleno emprego no campo, e invejavam a disciplinada força chinesa de trabalho na indústria.

O exercício de observação diária e o aprendizado da realidade do país, no entanto, indicavam não haver na China, nas três décadas anteriores, tantos motivos de encantamento. Na verdade, perdurara o elitismo e a corrupção entre os dirigentes do partido e do governo. O lento progresso obtido na economia demonstrara não ser tão fácil desenvolver-se apenas

com os próprios recursos, sem a infusão de investimento, tecnologia ou ajuda externa.

Em suas relações internacionais, desde sua fundação em 1949, a República Popular havia mantido um vasto exército e milícias armadas, a par de desenvolver a bomba atômica. A China entrara em choque com a União Soviética e a Índia; experimentara fricções com o Japão, com respeito às Ilhas de Senkaku, e com o Vietnã, no que se refere às Spratlys. Não se tratava, portanto, de país totalmente “amante da paz”, a despeito do que se divulgava em Pequim aos visitantes estrangeiros.

No plano interno, à medida que se conhecia melhor a real situação chinesa, ficava, inclusive, diminuído o significado de ganhos outros, por exemplo, no registro do controle familiar. Isso porque havia sido enorme o custo, em termos de sofrimento humano, da proibição de casamentos antes dos 20 anos, e a obrigatoriedade de gerar apenas um filho por casal.

Não se quer negar, no entanto, as grandes conquistas do período maoísta, nem os feitos do povo chinês. Um país que na primeira metade do século XX fora devastado por guerras internas encontrava-se, no início da década de 1980, unificado, apesar das crises de liderança resultantes da Revolução Cultural e de sua superação.

Como era possível verificar, a China alimentava e vestia seu povo, e um esforço descomunal fora feito para construir represas, diques e sistemas de irrigação, bem como para alcançar a autossuficiência alimentar. Mas seria isso bastante? Tais conquistas teriam que ser vistas em perspectiva.

Mao Zedong, como base de sustentação da política de autossuficiência, transformara a “necessidade” em “virtude”. Em grande parte, a concretização da estratégia voltada para a autossuficiência era uma reação aos soviéticos terem cessado todo e qualquer auxílio a partir de 1960. Levaram consigo, convém lembrar, inclusive as matrizes de fábricas cujas instalações haviam sido iniciadas.

Diante disso, o Grande Timoneiro elaborou sua crença na “genialidade do povo chinês”. Doravante, tudo seria resolvido com a mobilização permanente das “massas”. Daí, surgiriam energias e talentos até então escondidos por um sistema social opressivo. Na década de 1960, ampla campanha nacional encorajava simples operários a fazerem sugestões sobre inovações tecnológicas. Exageros evidentes eram noticiados quanto ao aumento de produtividade resultante de soluções práticas obtidas nos canteiros de obras, nos campos agrícolas e por operadores de máquinas nas fábricas.

O viés anti-intelectualista e antientífico das práticas maoistas chegou ao apogeu durante a Revolução Cultural, quando professores e alunos foram obrigados a se curvarem diante da “sabedoria das massas”. Postura semelhante foi adotada nas forças armadas chinesas, onde o conceito maoista de “guerra popular” partia da premissa de que “homens contavam mais do que máquinas”.

De acordo com essa perspectiva, centenas de milhares de soldados de infantaria com armamento obsoleto seriam capazes de derrotar o Exército soviético equipado com armas modernas. Mantinha-se, no entanto, a dissuasão nuclear, na medida em que a China não renunciava a sua própria bomba atômica.

Com a derrota do “bando dos quatro”, os dirigentes da República Popular desencadearam outra campanha, desta feita para condenar a viúva de Mao acusada, junto com seus “três cúmplices de Xangai”, pela maioria dos fracassos e fraquezas observados nos anos anteriores. Esse exercício de criminalização implicou notáveis exageros nas acusações. A mensagem, no entanto, era clara: os dirigentes haviam tomado consciência de que as políticas de autossuficiência, a recusa em aceitar ajuda externa e a negativa à aquisição de tecnologia estrangeira haviam reduzido as taxas de crescimento e estancado o progresso em quase todos os setores da economia.

A rejeição da ideologia passada - o maoísmo - foi feita por meio de pronunciamentos que gradativamente desautorizaram o tipo de autoritarismo vigente sob Mao Zedong, cuja memória, entretanto, continuava a ser reverenciada. Todas as honras eram prestadas ao fundador da República Popular, mas buscava-se trazer a figura de Mao a proporções humanas.

Começava o processo de definição do lugar de Mao Zedong na história como um grande líder revolucionário. Simultaneamente, teve reduzida sua estatura, ao ser considerado um estadista com menor sucesso em sua tentativa de administrar o país. A principal preocupação dos seus sucessores dizia respeito à eliminação dos dogmas maoistas, que passaram a ser vistos como impedimento à nova marcha da China em direção à modernização. A partir de 1978, essa reorientação foi feita sob o comando do principal responsável pelas alterações na condução das políticas econômica e social da China, o “Novo Timoneiro” e então Vice-Primeiro-Ministro Deng Xiao-Ping.

O julgamento público de Mao, no entanto, tinha dimensões restritas. Os erros cometidos no período de radicalização maoísta eram atribuídos a Lin Piao e ao “bando dos quatro”. Para o cidadão chinês, contudo, não deixava de ser problemático aceitar que toda a culpa fosse atribuída a um

traidor e a quatro radicais. Na prática, sob essa forma enviesada, os novos dirigentes em Pequim estavam admitindo que a "Grande Revolução Cultural Proletária" havia resultado em um enorme e custoso fracasso.

O próprio retorno de Deng Xiao-Ping ao poder como Vice-Primeiro Ministro já significava rejeição eloquente a julgamentos emitidos por Mao, que, inclusive, havia dado seu apoio pessoal às duas quedas anteriores de Deng. Por outro lado, impossível ignorar que Mao tinha razão quanto ao diagnóstico sobre os males que atingiam a China. De acordo com seu ângulo de visão, o maior perigo para o país seria o retorno da estagnação imposta pela burocracia do partido e do estado. Suas soluções eram poéticas e imaginativas: uma série de campanhas para mobilizar os intelectuais – "O Movimento de Cem Flores"; a busca de um caminho mais curto para o Socialismo, "O Grande Salto Adiante"; e o estímulo à "discórdia criativa" entre a juventude do país e a burocracia estatal, "A Revolução Cultural". Mao não obteve sucesso na criação do "homem socialista". Aparentemente, pediu demais tanto dos chineses quanto, talvez, da natureza humana.

No final da década de 1970, no entanto, todo este processo desencadeado por Mao Zedong havia sido esquecido. Ficara provado que se esse pensamento em tese era uma boa estratégia para encorajar os trabalhadores a pensarem o aumento da produção com seus próprios meios, sua premissa ideológica era frágil. O fundamento dessa teoria, a ideia de que a sabedoria era apanágio dos trabalhadores, conduziu à adoção de medidas que se revelaram impraticáveis. Por exemplo, a utilização de máquinas antiquadas, seu uso em velocidade inadequada e o resultado: grande número de acidentes e resultados econômicos negativos.

Decorrido algum tempo, verificava-se que a produção de cereais estagnara. Não havia ocorrido progresso nos projetos de irrigação, nem no emprego de novos fertilizantes agrícolas. Enquanto isso, a população chinesa continuava a aumentar e o país seguia importando alimentos.

A mesma falta de melhoria se observava no setor industrial, onde prevalecera a orientação maoista de busca da autossuficiência e a rejeição à ideia de os chineses aprenderem da experiência de outros países. Tal postura levou, entre outros resultados negativos, à estagnação da produção anual de aço, ao lento progresso tecnológico, à preservação de fábricas antiquadas, ao uso de equipamentos, tecnologia e formas de administração superadas, ao emprego excessivo de mão de obra.

Com a morte de Mao Zedong e a derrubada do "Bando dos Quatro", a China passou a enfrentar com clareza e determinação, a partir de

outro paradigma, seus inúmeros problemas e a tomar decisões voltadas para superá-los. Tempo de transição: o corpo do “Grande Timoneiro” fora colocado em mausoléu construído na Praça da Paz Celestial, no centro de Pequim, propositadamente quebrando a harmonia do logradouro. Mais tarde, na sequência do processo chinês de abertura ao exterior, para suprema heresia, uma lanchonete passou a vender *fast-food* americana nas vizinhanças do túmulo.

No entanto, não se tratava de abrir mão completamente do pensamento maoista que ainda permeava em muito a “maneira de fazer as coisas” no país. Tanto assim que a obra “Sobre as Dez Grandes Relações”, publicada em 1956, continuava a ser citada. Nela, Mao elabora exercício de reflexão que um quarto de século depois, no momento da abertura externa do país, ainda era vista positivamente. Isso porque continha explicações que, submetidas à adequada hermenêutica, eram capazes de justificar a orientação a ser progressivamente adotada pelos novos dirigentes.

Havia sido abandonado, contudo, o fundamento da filosofia maoista: o “conceito hegeliano” de que a unidade deve ser dividida em duas partes; que cada situação contém, em si mesma, contradições saudáveis; e que essas contradições são necessárias para a luta e o progresso. Chegava-se, assim, às noções de luta de classes contínua e de revolução permanente (LEW, 1981).

Segundo Mao, a China não deveria jamais cair na complacência da “unidade”, o que fundou a audácia poética do Grande Timoneiro ao desencadear a revolução contra seu próprio governo e o Partido Comunista. Passado o momento revolucionário-cultural proletário, o veredito da história será provavelmente que Mao, um dos maiores líderes revolucionários, mostrou-se, como governante, menos habilidoso, ao provocar, mediante uma segunda revolução repassada de utopia, graves perdas para o país. Sob nova liderança, para construir a modernização futura, Pequim voltaria às origens do pensamento chinês clássico, passando a adotar o modo de governança tradicional.

A busca do “caminho real”

No início da década de 1980, o sentimento dominante era o de que a morte havia “humanizado” Mao Zedong e “desmitificado” a China, que passava a reconhecer suas limitações no trato com os grandes problemas do país. Naquele momento, poucas pessoas continuariam a expressar uma opinião própria sobre o que a China deveria ser em oposição ao que a

China, pelo discurso dos seus dirigentes, passava a dizer que realmente era.

A nova visão, essencialmente de caráter pragmático, representava em termos concretos a recusa total das doutrinas que haviam dominado as políticas agrícola e industrial nos 20 anos anteriores. Todas as empresas públicas foram instruídas a gerar lucros – proposta impensável, na época precedente. Incentivos materiais passaram a substituir a pureza ideológica. A China conscientizou-se de que necessitava da tecnologia do Ocidente e, enquanto abandonava a política restritiva de “autossuficiência”, começava a buscar fontes de financiamento de longo prazo. Em outras palavras, ajuda, cooperação e recursos para financiar amplo espectro de compras: *know-how*, instalações industriais, navios, equipamento de transporte e material de emprego militar.

Nessa linha, no período em que o autor viveu naquele país – 1982 a 1985 –, as autoridades chinesas persistiam no esforço de implementar políticas pragmáticas, em última instância com vistas a se dissociar da teologia marxista de construção de uma sociedade que se limitasse a fornecer “a cada um, de acordo com suas necessidades”. Buscar-se-ia, desde então, recompensar as pessoas de acordo com seu bom desempenho, sua produtividade, sua experiência, suas qualificações.

Esse novo paradigma viria a ser colocado em prática com a mecanização da agricultura, a modernização da indústria pesada e o reequipamento das forças armadas. Sempre que necessário e no contexto das disponibilidades orçamentárias, seriam comprados equipamentos e tecnologias do exterior, se indispensável como *turn-key*. Assim, foram adquiridas desde fábricas japonesas até aviões militares *Harrier*, passando por *off-shore oil expertise* proveniente dos EUA e da Europa.

Não se abandonava, contudo, o discurso adotado desde a fundação da República Popular, que atribuía a influências burguesas externas os crimes financeiros, a corrupção e os fenômenos sociais indesejáveis. Assim, enquanto implementava novas políticas econômicas de cunho liberal, Pequim efetuava sucessivos expurgos de elementos prejudiciais ao partido e governo, promovia o combate a infrações prontamente puníveis com julgamentos sumários e execuções públicas. O núcleo dirigente entendia ser então necessário atender aos “sentimentos puritanos” da ala conservadora no interior do PCC por meio do combate cerrado aos aspectos mais disfuncionais do processo de modernização.

Para os moradores de Pequim, naquele período era comum testemunhar – experiência que eu mesmo tive a infelicidade de compartilhar – a passa-

gem de caminhões militares pela avenida principal, carregados de condenados à morte que eram levados ao estádio onde seriam executados em grupos, cada qual com um tiro na nuca. Sabe-se que, em seguida, a família do “justiçado” recebia a conta pelo gasto governamental com a bala utilizada.

No entanto, observadores mais cuidadosos percebiam que a “correção ideológica” não era, naquele momento, a real prioridade dos dirigentes chineses. Tratava-se, sobretudo, de conter eventuais expectativas irrealistas de grande parte da população. Como decorrência da abertura do país para o exterior, parcela significativa do povo poderia imaginar possível rapidamente alcançar algo similar ao padrão de consumo vigente no Ocidente. A manutenção da disciplina, portanto, era essencial para preservar o ritmo lento de crescimento que o Partido Comunista decidira impor à dinâmica econômica e suas consequências sociais.

De todo modo, pouca dúvida havia quanto a que, no longo prazo, a motivação em obter lucros viria a prevalecer sobre a cultura burocrática marcada pela lentidão, ineficiência e corrupção. A instauração dessa realidade mercantil levou a que, ainda na década de 1990, fosse adotado o discurso legitimador da economia socialista de mercado.

O processo de transição radical para a economia socialista de mercado - que implicava mudança de valores sociais, afirmação da modernização cada vez mais acelerada e de todas as suas consequências diretas e indiretas - causava grandes incertezas. Mas havia condicionantes culturais, arraigados em milênios, que permitiam pensar e viver para esse acúmulo de mudanças. Segundo a concepção clássica chinesa, para ser estável, a sociedade necessitava do comando de um “timoneiro” confiável. Alguém, homem ou instituição, capaz de traçar projeto nacional viável, coerente com a densidade e riqueza da história chinesa.

A esse líder caberia garantir à população segurança, paz e governança eficiente. Em suma, assegurar uma moldura de governabilidade favorável ao progresso e à prosperidade do povo. Em reciprocidade, os governados lhe deveriam obediência e deveriam adequar-se aos atos de governo, tal “como o bambu que se curva ao vento”. Ou seja, ao governante justo é devido o total acatamento de sua autoridade.

Já no século IV a.C., ao reconhecer que o objetivo final da governabilidade era o contentamento e elevação moral do povo, Mencius¹ argumentava: apenas se o líder falhasse no cumprimento de seus deveres e obrigações, haveria justificativa para uma “revolução”.

¹ Mencius: 372-289 a.C. Foi o segundo maior filósofo chinês, após Confúcio. Teve reconhecida sua teoria sobre a natureza humana, segundo a qual todos os homens possuem bondade inata, que pode ser desenvolvida pela educação a autodisciplina ou desperdiçada por negligência ou influências negativas, mas nunca totalmente perdida.

Implícito nesse sistema de governo, a ideia central: um líder que não cumprisse sua missão - garantir a esperada moldura de governabilidade e tratar de maneira benevolente seu povo – teria prejudicado seu direito de exigir a lealdade dos governados. Segundo Mencius, sempre que pessoas chegam à posição de autoridade, existe a tendência de se tornarem corruptas, ao se deixarem dominar seja pelo anseio de glória, seja pela busca de ganhos pessoais. Fazia, então, clara distinção entre o exercício do poder, função da virtude do governante, e o emprego da força como forma de obter obediência.

Cabe lembrar que, desde o início da civilização chinesa nas margens do Rio Amarelo, há cerca de 4.000 anos, seus pensadores procuraram estabelecer um sistema de educação e ética dedicado a atingir o “*Tao*”² ou “Caminho do Meio”. Este seria, no interior do mundo social, reflexo do equilíbrio constitutivo da natureza, onde se equivalem o “*Yin*” e o “*Yang*”³.

Mais tarde, Confúcio e seus seguidores tentaram construir um ordenamento social que estabeleceria normas de conduta aos monarcas e aos súditos. Caberia aos dirigentes cumprir com suas responsabilidades perante seus súditos, ao mesmo tempo em que lhes imporiam o sentido da ordem das coisas, a noção dos seus deveres e obrigações como governados. Confúcio escreveu: “Quando um governante exerce o poder de forma correta, terá influência sobre as pessoas sem a necessidade de dar ordens. Quando o próprio governante não age de forma correta, suas ordens não terão valor” (CHAN, 1973).

O confucionismo também tem sido chamado de “a religião do *Li*”. “*Li*” representa a um só tempo o conjunto de condutas apropriadas e sua vinculação com a ordem social. Entre as qualidades essenciais do “Homem Superior”, a mais importante seria a “*Ren*”, vale dizer, a benevolência e a bondade. Assim, uma sociedade confucionista ensejaria ou a aceitação total do dirigente justo, ou sua rejeição completa. Não haveria espaço, nessa maneira de pensar política e sociedade, para o conceito liberal-ocidental de “oposição leal”.

Qualquer membro da oposição, ao reagir adequadamente às políticas estabelecidas pela autoridade no exercício do poder teria poucas opções: ou manifestar suas críticas, sendo imediatamente punido – dado que críticas não correspondem ao preceito de obediência incondicional; ou registrar

² Tao é um conceito elaborado na filosofia chinesa antiga. Significa “caminho”, ou, em certos contextos “doutrina” ou “princípios”. Pode também significar a verdadeira natureza do mundo.

³ Na filosofia chinesa, *Yin* e *Yang* são utilizados para descrever como forças, aparentemente opostas, podem estar interconectadas e serem interdependentes em diferentes aspectos da natureza, enquanto se revezam de modo cíclico.

seu protesto e, em seguida, punir a si mesmo pelo “delito da discórdia”, talvez cometendo suicídio; ou se retirar do convívio social, isolar-se como eremita, com a esperança de, ao se tornar referência para outros descontentes, criar um clima favorável para a derrubada da dinastia vigente e instauração de novos governantes.

Implícito em tal sistema encontrava-se o pressuposto de que o interesse pela estabilidade político-social deveria prevalecer sobre direitos individuais, em especial direitos políticos e civis, principalmente, o exercício da liberdade de expressar dissenso. Em suma, para o autor era sob a égide do tradicional “mandato celestial” que Deng conduzia o processo de abertura da China ao exterior, enquanto, no plano interno, quebrava os dogmas socialistas que haviam sido o cerne do processo de organização do país a partir de 1949. Um excuso: o autor teve a experiência de visitar, entre 1982 e 1985, algumas cidades costeiras que então vinham adotando o novo sistema de “responsabilidade coletiva”. Isto é, até então, os meios de produção, principalmente o fator terra, haviam sido “propriedade coletiva”. Tudo o que fosse produzido seria entregue ao “mercado público”. Em troca, os camponeses receberiam os bens, alimentos e serviços básicos para sua sobrevivência. O resultado era escassez, mas não miséria.

Foi-me, então, possível ouvir narrativas de que, durante o período da “Revolução Cultural”, cada pessoa receberia uma vestimenta, estilo “terno de Mao”, que deveria durar nove anos. Durante os três primeiros, o terno seria considerado roupa nova. Nos seguintes, roupa em bom estado. Nos finais, adequada. Decorridos nove anos, novo conjunto de calça, jaqueta e chapéu lhe seria entregue.

Com a nova prática, o sistema de “responsabilidade coletiva” – segundo o ensinado por membro de comunidade agrícola durante um almoço ao qual o autor compareceu ao visitar “fazenda modelo” em uma cidade costeira – tudo continuaria a pertencer à coletividade e entregue ao mercado público. Pequena faixa de terra, no entanto, poderia ser cultivada individualmente. Sua produção poderia ser vendida em separado. Tal ganho permitiria ao camponês comprar sua própria ferramenta. Caso sua produtividade continuasse a aumentar, assim como sua renda, seria possível adquirir, por exemplo, uma segunda enxada. Daí em diante, seria necessário contratar alguém para usar produtivamente a segunda enxada, o adquirido meio de produção. Introduz-se, assim, uma forma de relação capitalista, a exploração da força de trabalho de um indivíduo por outro. Perguntei, se este novo microempresário vier a comprar grande número de ferramentas, veículos de transporte, lojas – não haveria, afinal, a montagem de um mer-

cado no limite monopolista? Nesse ponto da conversa, o representante da polícia ideológica presente ao encontro interveio para declarar que o governo da República Popular da China garantiria a manutenção de relações de produção e organização de mercado socialistas. Fim de caso. Cessei as perguntas e retornei à degustação do saboroso peixe e de outras iguarias, igualmente simples, mas muitíssimo bem preparadas.

Assim, era um processo de reformas cuidadoso, sempre sob o controle do sistema ainda centralmente planificado, que vinha sendo introduzido na China na década de 1980. Sua implantação ocorria na agricultura e, em versões industriais, nas áreas urbanas. Criavam-se empréstimos bancários e ações de empresas, os lucros sendo distribuídos entre os operários. Pensava-se, então, na gradativa descentralização do planejamento econômico. A planificação continuaria a vigorar nas áreas de infraestrutura e na indústria pesada. Nos demais setores, haveria metas a alcançar, linhas gerais a obedecer. Fábricas se tornariam empresas independentes, os operários ganhando dividendos e gerentes decidindo, localmente, sobre insumos, matérias-primas, como e onde os produtos seriam vendidos, e a que preço.

A China buscava, dessa maneira, superar o “ponto de equilíbrio” estabelecido pelo princípio socialista segundo o qual “de cada um de acordo com suas habilidades e a cada um de acordo com suas necessidades”. O país deveria passar para novo paradigma, destinado a assegurar, na melhor tradição confucionista, a estabilidade social. Seria o sistema, contudo, que deveria explorar a ganância e o desejo por consumo que dormitavam na população.

Mao, nessa perspectiva, não teria sido um líder na tradição de Confúcio, pois – conforme descrito acima – não abraçou as normas ditadas pela “*Li*”, não adotou a conduta adequada à ordem social. Mao teria agido no estilo de um “Macaco Rei”, ou seja, liberara forças de “*Luan*” (desordem e rebelião) para mobilizar a população e se manter no poder. Nessa linha de interpretação, na essência do pensamento maoista se encontrava a rejeição à concepção confucionista de estabilidade. O progresso, para Mao, somente poderia ser obtido pela luta de classes permanente.

Nesse esquema de análise, Deng Xiaoping teria personificado o retorno da China à tradição confucionista, à ideia-força de que caberia ao líder benevolente buscar o caminho certo para a estabilidade, a segurança e o estabelecimento de forma de governança que favorecesse o progresso. Uma das maiores conquistas de Confúcio foi a criação de um sistema educacional e de seleção por exames, aberto a todos os letrados, que veio a consagrar a figura do “acadêmico” e a classe dos “mandarins”.

Durante o período maoista, os “acadêmicos” foram considerados “parasitas”. Com a subida de Deng ao poder, o conhecimento voltou a ser valorizado. Tratava-se, com a superação da Revolução Cultural, de encorajar a educação, de incentivar especialistas, tecnocratas e gerentes com recompensas materiais, enquanto que se retornava aos valores tradicionais confucionistas.

A abertura para o exterior

Entre 1982 e 1985, quando o autor trabalhou na China, o cenário internacional era bipolar, centrado em Washington e Moscou. Segundo classificação adotada no Ocidente, o planeta era dividido em “Três Mundos”. Os países industrializados de economia de mercado foram incluídos no Primeiro Mundo; os de sistema econômico centralmente planificado participavam do Segundo; e os em desenvolvimento eram despachados para o Terceiro. Durante a fase maoista, no entanto, os chineses tinham uma visão própria a respeito disso. O mundo estaria dividido em duas partes antagônicas – a metade que apoiava o bloco soviético, e a outra que a ele se opunha, incluindo a China. A política externa da China seguia esse esquema com rigidez. Assim, um pressuposto seria de que tudo que pudesse prejudicar os interesses de Moscou seria favorável a Pequim.

Sob a liderança de Deng Xiaoping, a postura chinesa tornou-se mais pragmática no plano externo, à concepção maoista dos “Dois Mundos” sendo radicalmente modificada. Nesse contexto de transformação da visão chinesa do sistema internacional, o “último grande timoneiro do século XX” – como se referem a Deng alguns historiadores – passou a defender a teoria dos “Três Mundos” (HSIN, 1978).

Em discurso pronunciado na Assembleia Geral das Nações Unidas em 10/04/1974, Deng, então Vice-Primeiro Ministro, elaborara sobre o conceito, ao afirmar que:

No momento, a situação internacional é mais favorável aos países em desenvolvimento e aos povos do mundo. Mais e mais, a velha ordem sustentada pelo colonialismo, imperialismo e hegemonismo está sendo destruída e abalada em suas fundações. Relações internacionais estão mudando drasticamente. O mundo todo está em estado de turbulência e inquietação. A situação é a de “grande desordem sob o céu” como a descrevemos, nós os chineses. A “desordem” é a manifestação do agravamento das contradições básicas do mundo contemporâneo. É a aceleração da desintegração e

declínio da decadência de forças reacionárias e o estímulo do despertar e crescimento de novas forças populares.

Segundo Deng, na “grande desordem sob o céu” todas as forças políticas do mundo sofreram divisões drásticas e realinhamentos derivados de prolongados testes de força e conflitos. Grande número de países asiáticos, africanos e latino-americanos sucessivamente conseguiu a independência, e estavam desempenhando papel cada vez mais importante em assuntos internacionais. No momento em que pronunciou seu discurso, e como resultado da emergência do “sócio-imperialismo” (que delícia de termo para descrever a hegemonia soviética sobre seus “satélites”), o campo socialista, que existia desde a conclusão da Segunda Guerra Mundial, não mais perduraria.

O “último grande timoneiro” afirmava, ainda, que devido à lei do “desenvolvimento desigual do capitalismo”, o bloco imperialista ocidental também estava se desintegrando. A julgar pelas alterações nas relações internacionais, o mundo atual consiste de três partes, ou três mundos, que são tanto interconectados quanto contraditórios. Os Estados Unidos e a União Soviética formam o Primeiro Mundo. Os países em desenvolvimento na Ásia, África e América Latina integram o Terceiro Mundo. Os desenvolvidos – sejam os do mundo capitalista ou do socialista – formam o Segundo Mundo, esclarecia. De acordo com seu ponto de vista:

As duas superpotências, Estados Unidos e União Soviética, procuram em vão conquistar a hegemonia mundial. Cada um busca, ao seu estilo, trazer os países do Terceiro Mundo à sua esfera de influência, assim como aqueles que, mesmo desenvolvidos, não são capazes de se opor aos desígnios de Washington e Moscou.

Enquanto a liderança chinesa alterava seu discurso para justificar as mudanças no plano interno, nova topologia era aplicada no patamar externo. Pequim buscava, assim, explicar, a partir da cunhagem de novos conteúdos para os três mundos, sua inserção no cenário internacional. Em outras palavras, não mais caberia um mundo dividido em duas partes – a URSS sócio-imperialista de um lado, e o resto do mundo, incluindo a RPC, no outro. Era mais conveniente pensar a partir daquela outra divisão, que colocava a China, com suas práticas modernizantes internas, liderando um Terceiro Mundo em oposição à hegemonia de Washington e Moscou.

Cabe lembrar, a propósito, as razões da ruptura entre Pequim e Moscou na década de 1960. O cisma já existiria, de acordo com estudiosos do assunto, desde a década de 1930. Segundo consta, o Partido Comunista da União Soviética desejava controlar o PCC, em uma variante do exercício que fazia com partidos comunistas de outros países. Durante o período da Guerra Fria, os dirigentes soviéticos persistiram nesses esforços. Entre as preocupações russas, estavam: evitar a invasão de Taiwan e o desenvolvimento da bomba atômica chinesa. Moscou havia permanecido neutra durante a tensão na fronteira sino-indiana, em 1959.

Sempre de acordo com especialistas no assunto, as relações bilaterais foram realmente prejudicadas na década de 1960, quando Nikita Khrushchev iniciou o processo de desestalinização da URSS, bem como a aproximação da URSS com o Ocidente. Isso porque, segundo a visão de Pequim, avanços tecnológicos como o lançamento do primeiro *sputnik* em 1957 indicavam o fortalecimento do mundo comunista. Segundo o linguajar da época, “o vento que vem do Leste prevalece sobre o que vem do Oeste”. Nesse contexto, seria importante para Mao que houvesse maior militância contra a parte ocidental do planeta, não o contrário, como estariam indicando as ações de Moscou.

Pequim demonstrara paciência com Moscou, uma vez que dependia do auxílio da URSS para levar avante a transição do país para o socialismo. Entre 1958 e 1960, no entanto, foram desencadeadas as desastrosas políticas do “Grande Salto para Frente” e os conselheiros russos, em uma demonstração do profundo descontentamento de Moscou, se retiraram.

Em suma, o cisma sino-soviético ocorreu “em nível ideológico, militar e econômico” pelas mesmas razões: para a liderança chinesa a conquista da autossuficiência e da independência era prioritária, em comparação com os benefícios a serem recebidos dos russos, os chineses na condição de parceiros menores. Vale lembrar que Mao fizera a revolução para livrar a China de mais de um século de domínio estrangeiro. Caso aceitasse a submissão à URSS estaria negando sua própria conquista.

Na década de 1960, agravaram-se as divergências. A China decidiu reabrir disputas fronteiriças, questões acertadas com a Rússia Imperial. Após mal sucedidas negociações, em 1964 a União Soviética iniciou processo de fortalecimento dos exércitos nas áreas mais próximas da RPC.

As relações entre os dois países permaneceram tensas, tanto que em 1969 chegou-se a pensar que a guerra entre ambos os países seria inevitável. Pequim e Moscou passavam de estado de hostilidade à ameaça de

confrontação. O “fator soviético”, portanto, passara a ocupar lugar dominante no pensamento maoísta quanto à forma de adequadamente inserir o país no sistema internacional. No que diz respeito a sua inserção internacional, em retrospectiva, pode-se defender haver sido melhor para os chineses terem se afastado dos russos. Caso contrário, possivelmente o país teria seguido o modelo soviético, transformando-se em potência fortemente industrializada e militarizada. Tornar-se-ia, em um cenário-limite, em mais um membro do Pacto de Varsóvia, condenado a seguir o caminho da falência da URSS ao término da Guerra Fria.

Possivelmente, na vigência desse cenário, não teriam ocorrido na China as reformas voltadas para a construção da economia socialista de mercado, hoje tão valorizadas. Tampouco as experiências chinesas de “democracia” nos níveis mais baixos de governo, que começam a servir de inspiração como modelo de governança para outras nações. Tais desenvolvimentos gerados no bojo da reforma pós-Mao, hoje, chegam a concorrer com sistemas ocidentais de organização político-econômica. Uma das vantagens atuais da RPC, nessa competição, segundo alguns autores, é que “os chineses não têm interesse em converter os ‘não chineses’ em chineses”.

No momento atual de “desordem sob o céu”, a China é vista cada vez mais como uma nave com rumo próprio e seguro. Sem precisar, contudo, de uma personalidade que exerça o papel de “Grande Timoneiro”. O Partido Comunista, na prática, desempenha esse papel de liderança. Seus métodos, conforme se procurou expor neste artigo, têm raízes culturais que remontam ao confucionismo e acumulam a experiência filtrada pela longa história dos esforços para bem administrar o imenso país. Servem, também, como ajuda para que se alcance melhor entendimento do complexo processo de modernização e abertura para o exterior iniciado na década de 1980, mas que ainda hoje informa o momento atual e a evolução provável da RPC.

Conclusão

A importância estratégica da emergência da China como grande potência econômica e militar, para alguns, a ameaçar no médio prazo a hegemonia de que desfrutam os EUA desde o final da Guerra Fria, senão desde o término da II Guerra Mundial, é, hoje, fato incontestável, objeto do noticiário cotidiano da mídia globalizada.

Permanecem, contudo, incertezas críticas sobre se o futuro continuará a ser favorável à China. Interrogações sobre a continuidade e o sentido da ascensão chinesa elencam questões sobre a capacidade da elite dirigente de

manter o controle sobre a evolução de suas políticas interna e externa, de continuar a modelar a economia que chegou a nova etapa, com sabidos pontos de estrangulamento.

Na primeira parte deste estudo, procurou-se descrever as linhas gerais da fase pós-maoista, encerrada no país a era de convicção poética instaurada sob a liderança de Mao. O segundo grande timoneiro, Deng Xiaoping, assumiu o leme da RPC e conduziu o país no rumo perseguido há milênios: o da busca da estabilidade social com a simultânea adoção de deveres recíprocos entre governantes e governados, de acordo com normas confucionistas.

Tudo isso pode parecer apenas lembranças, mas ocorreu faz apenas 30 anos. A história chinesa é marcada por ciclos que se sucedem em função de novas contradições. Por isso faz parte da tradição sempre buscar novos pontos de equilíbrio. O ocorrido na década de 1980 marcava o nascimento de nova cena de partida que estabeleceu as bases para o cenário atualmente em vigor na China.

Resta acompanhar a trajetória chinesa de modo a perceber se a elite dirigente e as massas saberão adaptar-se aos novos desafios que lhe serão impostos. Essa capacidade de adaptação dependerá de que o "Caminho Real" continue a favorecer os dirigentes. Caso assim ocorra, continuará a prevalecer, nas relações entre poder e sociedade as normas ditadas por "li" – em que condutas apropriadas e a ordem social se reforçam mutuamente. Com isso, serão evitados os riscos de "luan", o abrir-se da porta que libera as forças da desordem e da rebeldia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHAN, W. T. *Chinese philosophy*. Princeton: Princeton University Press, 1973.

HSIN, C. *Teng Hsiao-Ping, a political biography*. Hong Kong. Cosmos Books. Ltd.. 1978

LEW, R. *Mao prend le pouvoir*. Bruxelas. Éditions Complèxe. 1981.

TSETUNG, M. *Obras escolhidas*. Edições em Línguas Estrangeiras. Pequim. Edições do Povo. 1975.